

DIVERSIDADE NA ESCOLA: ENSAIO ACERCA DOS ESTUDOS RECENTES SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Robson Gonçalves Félix – PPGEduc/UFMS

robsonflx@yahoo.com.br

Resumo: Este estudo analisa como a educação sexual tem sido investigada a partir das relações estabelecidas no campo da educação formal brasileira, sob o marco da reabertura política ao regime democrático e das diretrizes educacionais instituídas. Por meio de uma revisão bibliográfica sobre as recentes pesquisas da temática, verificou-se que a educação sexual na escola permanece condicionada por aspectos morais, e mesmo nos dias atuais é regularmente associada à prevenção, regulação e controle de problemas de saúde pública.

Palavras-chave: sexualidade; relações de gênero; educação sexual

Introdução

A revolução tecnológica e a modernização dos meios de comunicação das últimas décadas se conjugam com expressões paradoxais da convivência em sociedade. Além da comercialização de quase tudo em forma de mercadoria, incluindo-se o corpo (GARCIA, 2005; MOYSÉS, 2007), em tempos de primazia e responsabilização do indivíduo pelos seus próprios sucessos e infortúnios também se alteram e modificam identidades e expressões culturais, políticas e ideológicas de diferentes grupos e comunidades, adaptando-os de alguma forma às lógicas impostas ou regidas pelo capital.

Para além do corrente debate sobre os “direitos das minorias”, muitas vezes superficial e mais preocupado com aspectos simbólicos do que com seus efeitos em larga escala, a segmentação sócio-cultural mascara a multidão composta pela soma de tantos pequenos grupos. Neste cenário o trato com as diferenças permanece como um dos maiores e mais emergentes desafios da contemporaneidade (BAUMAN, 1999; RAWLS, 2002).

Ainda que os conflitos entre identidades e culturas diversas sejam omitidos em determinados espaços e grupos de círculos restritos, fazem-se aparentes e potencializados em muitas instituições sociais, principalmente algumas que não se encontram exclusivamente no setor privado, sendo geridas ou mediadas por setores públicos ou governamentais.

Na maioria dos países da América Latina a reabertura ao regime democrático, nas duas últimas décadas, trouxe a reboque a ampliação dos debates sobre sexualidade e relações de gênero. No caso brasileiro a escola pública sentiu os impactos dessas mudanças tanto no âmbito da educação básica quanto do ensino superior, refletindo-se inclusive nas políticas públicas nacionais, a exemplo da constituição da “Orientação Sexual” como tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998).

Sob tais condições este estudo discute como a educação sexual, evidenciada nos diferentes espaços, processos e etapas da socialização humana, tem sido compreendida e analisada a partir das relações estabelecidas no campo da educação formal brasileira.

O foco na educação formal subsidia-se pelo pressuposto de que o saber não se constitui por meio de relações unidirecionais e que o aprendizado envolve não somente a reprodução, mas principalmente a construção e reconstrução contínua de dados, informações e conhecimentos (SETZER, 2001)¹, acumulados e impregnados pelos seus respectivos contextos históricos. Na complexidade das relações sociais onde a escola desenvolve suas atividades manifestam-se as mais amplas expressões da diversidade cultural, e no cotidiano escolar todos os sujeitos, grupos e instituições envolvidos operam dialeticamente, de forma explícita ou implícita, não apenas as representações e práticas individuais relacionadas aos conteúdos disciplinares, mas também nas percepções gerais associadas à sexualidade, à raça, à religião, entre outros dispositivos que contribuem para moldar as representações coletivas². Como tal, os fragmentos de cultura incorporados nestes espaços são permeados pelas relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas do respectivo período histórico, se determinado mutuamente.

As múltiplas incursões investigativas que foram empenhadas pela pós-graduação no Brasil, principalmente a partir dos anos 1970, período de franca expansão da pesquisa científica institucional, consolidaram análises e apontamentos de variadas temáticas pelos diferentes pesquisadores, entre os quais germinaram os limites e possibilidades de uma melhor compreensão e intervenção dos processos e mecanismos de educação sexual por parte dos vários segmentos da sociedade³. Para analisar um fragmento dessa produção, este artigo apresenta, no primeiro tópico, os procedimentos metodológicos adotados para a coleta e seleção dos dados. Adiante, com base nos apontamentos verificados no grupo focal estabelece os principais discursos e práticas historicamente associadas ao sexo e à sexualidade, assim como os distanciamentos e aproximações na atualidade. No próximo subtítulo apresenta os impactos identificados sobre as relações de gênero na escola, seguido do debate sobre as orientações oficiais e seus impactos na formação e nas práticas educacionais. Nas considerações finais destaca-se que a ação das diferentes instituições sociais são mais orientadas para a regulação e o controle do que para a informação e formação crítica dos sujeitos, apontando alguns desafios investigativos sobre a temática.

Procedimentos metodológicos

Para uma leitura ampliada, ainda que parcial, das pesquisas recentes sobre “Educação Sexual”, realizou-se um levantamento junto ao banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a partir do portal do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)⁴, balizado por de três palavras chave: sexo, sexualidade e educação sexual.

A primeira expressão, de maior abrangência, retornou a ocorrência de 2.596 publicações, em parte associadas à biologia celular, animal e vegetal. Na busca sobre “sexualidade” o banco de dados retornou 408 documentos com dispersão temática relativamente alta. Já o argumento educação sexual apresentou 159 documentos, muitos deles presentes na busca anterior. Este último conjunto foi utilizado como referência para a leitura e seleção dos trabalhos, em vista da maior proximidade em relação aos objetos de estudo.

A partir da leitura dos títulos e resumos do grupo de referência foram selecionados aqueles que, a partir dos anos 2000, discutiram a educação sexual em suas relações com o ensino formal, a fim de verificar as abordagens e orientações dadas aos trabalhos sobre a temática proposta no limiar do século XXI. Desta triagem resultou uma amostra final de 27 documentos (6,6% em relação à expressão “sexualidade” e 16,9% em relação à “educação sexual”), sendo 21 dissertações de mestrado e 6 teses de doutoramento.

Neste conjunto amostral verificaram-se a) as definições e conceitos de sexo, sexualidade e educação sexual; b) as principais mudanças relacionadas à abordagem da educação sexual no ensino formal brasileiro nas duas últimas décadas, tanto do ponto de vista dos sujeitos locais quanto do poder público e c) as possíveis relações existentes entre as transformações sociais e os discursos e vivências sobre a sexualidade.

Sexo e sexualidade: discursos e práticas conflituosos

Durante muito tempo o sexo foi reconhecido como ato natural-fisiológico destinado à procriação e à realização física, e apenas num estágio tardio foi associado às questões morais. Tais questões, segundo Valadares (2002), ocasionaram a presença de tabus e traços culturais relacionados ao sexo e à sexualidade na história da humanidade.

Foi principalmente a Igreja, na qualidade de instituição, que criou a fobia de desprezo do corpo e a obsessão persecutória da carne. Desde sua origem, as práticas monásticas usaram de toda imaginação para inventar coações e proibições dentre as quais a continência sexual ocupa um lugar considerável. Tais práticas serviram de

matriz para a doutrina cristã da contenção. As proibições são objeto de rituais, ritmados pelo calendário; além disso, os sacerdotes geram processos de confissão. No decorrer da Idade Média, os manuais do confessor multiplicaram os delitos sexuais com riqueza de detalhes (VALADARES, 2002, p. 43).

Ao longo do tempo a ciência, representada pela medicina, e a religião, representada pela Igreja, balizaram as práticas e condutas de educação sexual nas sociedades ocidentais. Tais instituições determinaram os conceitos e as práticas ideológicas reguladoras para a sexualidade, seja por meio de conflitos, oposições ou reforço de opiniões e crenças difundidas popularmente.

O corpo, assim como suas práticas e representações, tornou-se alvo e vilão da própria humanidade. Sob argumentos tidos como verdades morais ou científicas as práticas eróticas e a sexualidade foram condenadas, e as práticas sexuais condicionadas à procriação no âmbito do casamento cristão sacramentado.

Enquanto o desenvolvimento das sociedades patriarcais contribuiu para que o impulso sexual fosse atribuído exclusivamente aos homens, resignando às mulheres a tarefa de conceber e amamentar os filhos, a finalidade reprodutiva buscou descaracterizar os desejos e a sexualidade feminina (COLLING, 2004).

Principalmente a partir do século XVIII, período de pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista, o corpo, o sexo e a sexualidade associaram-se à lógica de consumo, passando por processos de padronização, precificação e alienação social. Ainda que as relações humanas, entre si e com a natureza, tenham sido mediadas por condições históricas determinadas, os postulados da liberdade individual, orientados por certos padrões, mascaram durante séculos a compreensão de que estas mesmas relações não são produtos da natureza, e sim da ação humana, refletindo interesses socialmente constituídos (MARX, 2005).

Enquanto no senso comum a compreensão de sexo e sexualidade parece transitar e se mesclar, genericamente, com a noção biológica de função e maturação reprodutiva, sem incorporar dimensões sociais e culturais, há evidências de que a definição de sexo como um componente biológico natural encontra-se bastante arraigada também no campo científico-acadêmico.

A identificação do sexo aos traços naturais foi verificada em Santos (2005, p. 32), que conceitua “sexo como características anato-fisiológicas que diferenciam os seres humanos quanto a sua capacidade reprodutora”, delimitando-o aos “aspectos dados pela natureza, ou seja, características herdadas pelos genes durante o processo de fecundação”.

Tais pressupostos distanciam o sexo dos sentidos da sexualidade, que por sua vez é compreendida pelas mediações do ser com o ambiente, do biológico com o sócio-cultural e o

religioso, do particular com a totalidade, do momento com o percurso histórico, todos objetiva e subjetivamente constituídos (HEILBORN, 1999).

Recentemente esta diferenciação entre sexo (definido como um aspecto natural) e sexualidade (compreendida como um traço cultural) demonstra limites, sendo debatida e contestada em estudos que se intensificam. A este exemplo constam diversos autores considerados pós-estruturalistas que, fundamentados na obra de Michel Foucault⁵, desenvolveram críticas à distinção sexo-gênero, sob o argumento de que a própria construção do caráter natural do sexo, como algo precedente à cultura, caracteriza mecanismos instituídos social e culturalmente para a manutenção da estrutura binária, hierarquizada e subordinadora entre os gêneros (BUTLER, 2003).

A discussão caminha da aparente superficialidade vocabular para a compreensão etimológica e semântica⁶, dos sentidos e significados atribuídos às expressões. Logo não se trata de um jogo de palavras e sim de uma relação complexa entre fragmentos de cultura historicamente elaborados. Enquanto por muito tempo o termo “sexo” significou, em larga medida, o ato ou o traço biológico/natural do ser humano, progressivamente passa a representar também as diferenças, as individualidades e as subjetividades.

No mesmo sentido Novena (2004, p. 25) destacou que há um vínculo entre o campo científico e as práticas e concepções sociais instituídas que, ao contrário do que se supõe, determinam-se mutuamente, sustentando nas produções científicas, entre outros aspectos, “o preconceito e a discriminação em relação à homossexualidade”.

Embora a sociologia tenha incorporado parcialmente o sexo como objeto de estudo, o desenvolvimento das pesquisas sobre o mesmo se limitou aos padrões de sexualidade convencional (matrimônio, prostituição e pornografia). Manteve-se, por conseguinte, a concepção heterossexual e naturalizada de sexo. E a sociologia deixou de refletir mais largamente sobre a idéia da sexualidade como uma dimensão simbólica e material nos discursos e práticas da vida cotidiana, nos labirintos dos movimentos e instituições sociais, ou seja, uma sexualidade como fato social (NOVENA, 2004, p. 37).

Apesar da reconhecida contribuição da sociologia no debate dos grandes problemas da modernidade, a autora não exime os sociólogos do século XVIII e XIX da pouca atenção dispensada à temática sexualidade. Ainda assim, mais recentemente o campo científico tem se voltado com mais ênfase a tais questões. Entre os estudiosos que se debruçaram sobre a sexualidade, Novena sugere que Michel Foucault foi quem mais concretamente contribuiu na produção do debate de uma “sociologia da sexualidade”. Tais contribuições foram amplamente assumidas pelas pesquisas acadêmicas no Brasil neste início de século, conforme verificado na amostra deste estudo.

Outro reflexo dessas mudanças nas representações sociais sobre sexualidade nos últimos trinta anos tem se dado em grande parte na medicina e no direito, diante do aumento de casos e pedidos de “mudança de sexo” por transexuais. Mesmo a ciência tem reconhecido que esses indivíduos apresentam conflitos práticos e subjetivos com sua identidade de gênero, decorrentes da não-aceitação de seu sexo biológico e jurídico (registro civil), ocasionando a maior demanda por intervenções cirúrgicas de redesignação sexual. Sob esta ótica o chamado “sexo psicológico” tem sido mais importante e influente do que o sexo biológico na definição sexual de uma pessoa (FURLANI, 2005, p. 53).

Num levantamento de cunho histórico Boursched (2004) destacou que, se até os anos 1960 a educação sexual no Brasil manteve seu foco no controle e na domesticação do corpo, foi principalmente na segunda metade da década seguinte, com o desenvolvimento dos métodos contraceptivos, que eclodiram os movimentos *hippies* e feministas de resistência, em defesa da liberdade sexual, da não-discriminação das minorias, do ambientalismo e do misticismo (MORIN, 1986; STAMPF, 2003). Tais movimentos, conjugados aos processos de democratização, impulsionaram os debates sobre sexualidade, motivando também “o avanço da medicina no controle das doenças sexualmente transmissíveis” (RIBEIRO, 2002, p. 54).

As reivindicações de re-apropriação pelos sujeitos sobre suas práticas sexuais foram de encontro com os valores dos grupos e segmentos tradicionais e conservadores, mormente difundidos pela igreja até os dias atuais. Diante desses conflitos, muito se tem debatido sobre as demandas e possibilidades de formação crítica dos sujeitos no âmbito das instituições sociais, a exemplo das redes de ensino formal.

Gênero e sexualidade na escola: marcas impressas

A intensificação do movimento social pelo direito à liberdade de convivência e à expressão individual e coletiva dos anos 1960 foi decisiva para que, nas décadas seguintes, o debate sobre sexualidade fosse intensificado no ambiente escolar.

Conforme apresentado por Ribeiro (2002, p. 54), desde então o discurso oficial manteve-se descolado das principais reivindicações dos movimentos de resistência. A abordagem dada pelos órgãos oficiais, muito mais orientados para a regulação do que para o reconhecimento da diversidade historicamente tem sido direcionadas, primordialmente, às “questões vinculadas à gravidez indesejada na adolescência, às doenças sexualmente transmissíveis e à AIDS” (RIBEIRO, 2002, p. 54).

Com o desenvolvimento tecnológico e dos meios de comunicação no final do século XX, sexo e sexualidade tornaram-se assuntos eminentes nas escolas. Tácita ou implícita, central ou periféricamente, ainda que não se possa dizer que as relações de gênero tenham se impregnado oficialmente no currículo para além das práticas de controle e higiene (RIBEIRO, 2002, p.52), a progressiva universalização no atendimento educacional básico promoveu o encontro de diferentes culturas, nas mais variadas expressões.

O impacto da diversidade nas relações de gênero foi apresentado num estudo sobre a “Exclusão branda do homossexual no ambiente escolar nos primeiros anos do século XXI”, no qual Corrêa (2003) confirmou que, na atualidade, diante da diversidade sexual as comunidades escolares ainda não superaram as práticas preconceituosas. Segundo a autora, para além das dificuldades de aceitação e convivência com a pluralidade sexual, “a sexualidade como um todo é exorcizada da vida escolar, sendo considerados *personas non gratas* todos que de alguma maneira manifestarem essa sexualidade, sendo homossexuais ou não” (CORRÊA, 2003, p. 133).

No debate sobre as proposições curriculares Furlani (2005) destacou que os processos de produção das diferenças sexuais e de gênero também permeiam os livros e coleções literárias utilizadas na escola. Para compreender tais processos a autora investigou duas coleções de livros paradidáticos de educação sexual endereçados à infância.

Amparada na obra de Judith Butler⁷, que subverteu a lógica do “sexo natural” e o “gênero cultural” ao afirmar que ambos são construídos na linguagem da cultura, Furlani demonstrou que parte dos livros paradidáticos reproduz a naturalização de sexo e sua correspondente associação ao gênero, repetindo “a fórmula convencional que toma ‘sexo’ como indicativo de ‘gênero’”, além de perpetuar o predomínio histórico do enfoque biológico, entre outros fatores, até mesmo pela utilização do termo “educação sexual”, e não “educação da sexualidade”, tendo em vista a noção comum aos dois adjetivos (2005, p. 40).

Por mais que se façam necessários estudos e propostas sobre construção de estratégias educativas de prevenção e promoção da saúde sexual e reprodutiva dos alunos, tal como o desenvolvido por Souza (2007), a eclosão das diversidades culturais e os conflitos expressos em diferentes esferas fez com que, principalmente a partir dos anos 1990, muitas propostas de intervenção pedagógica escolar procurassem desenvolver outros mecanismos e significações para suas práticas e concepções⁸.

O discurso oficial em meio aos contextos e demandas sociais

Em meio às constantes transformações sociais do final do século XX também variaram as condições, vivências e discursos associados ao desenvolvimento da criança e do adolescente. Ainda que para muitos a escola permaneça eminentemente conservadora e reprodutora de conhecimentos e práticas tradicionais, diversos estudos procuraram se subsidiar em novas abordagens⁹ para explicar e intervir nessa realidade.

No Brasil as leis e diretrizes normatizadoras das práticas educacionais historicamente apresentaram pouca discussão acumulada sobre o tema. Ao estudar as relações de gênero nas políticas públicas, Sousa (2006) verificou que as principais legislações em vigor, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹⁰ e o atual Plano Nacional de Educação da educação (PNE)¹¹ fazem pouca menção à diversidade e às identidades de gênero e sexualidade. A autora anunciou que, principalmente nos PNE há uma completa omissão do tema sexualidade, contrapondo-se aos debates e demandas apresentados pela sociedade naquele período.

A aprovação do PNE oficial representou um grave recuo na contemplação dos aspectos referentes às diversidades, e, mais uma vez, os segmentos brasileiros que travaram uma luta para propor a inclusão das relações de gênero nas políticas curriculares foram vencidos e silenciados (SOUSA, 2006, p. 69).

Apesar da pequena abordagem, não se pode dizer que houve “completa omissão” das questões de gênero, educação sexual e pluralidade cultural nos objetivos e metas do PNE (BRASIL, 2001). Ainda que no PNE tais questões não tenham sido amplamente expressas e sequer estejam associadas a todos os níveis de ensino, apareceram em referência aos conteúdos dos livros didáticos para o ensino fundamental (art. 11), na composição dos temas para a formação docente no ensino superior (art. 12) e também nas políticas de financiamento e gestão, indicando a inclusão do tema nas avaliações e sensos escolares (art. 43).

Pressupõe-se que a abordagem dada à sexualidade no PNE contrariou as expectativas apontadas pela política educacional brasileira recente, principalmente após 1997, quando a publicação dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) incluiu a discussão sobre “Orientação Sexual”. Tal documento procurou contemplar e orientar a ação docente, em todas as disciplinas, para a educação sexual dos alunos.

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade

democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro (BRASIL, 1998, p. 287).

O discurso dos PCN's revelou a preocupação em superar conceitos restritos e estigmatizados de sexo e sexualidade, puramente associados ao corpo físico e às funções biológicas. Ainda assim, a proposta foi alvo de críticas.

Tal como destacado por Altmann (2004) em sua investigação sobre a construção social da educação sexual no contexto escolar, a expressão "Orientação sexual", utilizada nos documentos, demonstra limitações em vista da dubiedade de interpretação ocasionada. Nas palavras da autora,

a utilização do termo "orientação sexual" acarreta problemas de interpretação, pois, no campo de estudos da sexualidade e nos movimentos sociais, assim como, de um modo geral, na bibliografia internacional, "orientação sexual" é o termo sob o qual se designa a opção sexual, evitando-se, assim, falar em identidade (ALTMANN, 2004, p. 21).

Apesar da equiparação dos termos em uma nota de rodapé contida nos PCN's (BRASIL, 1998, p. 299), Altmann destacou que esta equivalência não é unânime na literatura. Mesmo assim, utilizando da sugestão apontada pelos PCN's, a expressão Educação Sexual permanece amplamente difundida. Ainda que o debate sobre esta questão já tenha se iniciado, parece incipiente e sugere demandar melhores análises para sua modificação, motivo pelo qual a expressão adotada nos documentos oficiais foi mantida neste trabalho.

Para além do debate sobre a melhor expressão, os PCN's, assim como outros autores, reforçam que a educação sexual considere as mediações possíveis entre família, escola e sociedade, ainda que os mecanismos necessários para tal atuação permaneçam em constante processo de construção pelos sujeitos locais. Tal é o caso de Garcia (2005), para quem a comunidade escolar

precisa articular espaços para procurar estabelecer uma reflexão crítica contextualizada sobre Educação Sexual, articulada com a produção econômica, intelectual, ideológica de cada época, percebendo sua dinâmica e o quanto esta relativiza nossa vida pessoal, nossas idéias, nossa formação, redimensionando nosso pensamento, nossa forma de viver enquanto seres sempre sexuados (p. 36).

Ademais, mesmo diante da crítica de especialistas e estudiosos, multiplicam-se os reconhecimentos de que os PCN's tiveram um importante papel ao romperem com a "política do silêncio mantida até a década de 70 e início da década de 80, principalmente por parte dos

poderes instituídos, em relação à implantação da educação sexual na escola” (NOVENA, 2004, p. 120).

Por outro lado, se as práticas docentes atuam inseridas no contexto das políticas educacionais, não se resumem exclusivamente à reprodução das orientações e normatizações oficiais, influenciando simultaneamente a convivência e a mediação com a informação proveniente da vida familiar, dos meios de comunicação, dos mecanismos de produção, reprodução e consumo e das ideologias vigentes nesses diferentes espaços e mecanismos de socialização (FERNANDES, 2008). Tais afirmações são corroboradas por Stampf (2003, p.90) ao analisar a revista Nova Escola, discutindo as representações de sexualidade veiculadas no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Segundo ele “a heterossexualidade é a condição legitimada”, tendo em vista sua adoção como “modelo de comportamento, um código a ser aprendido”.

Para o autor o modelo tradicional e dominante no ocidente nos dois últimos milênios, constituído de família monogâmica patriarcal greco-romana (FLORES, 2004), heterossexual e dentro dos padrões ditos normais, situa-se no eixo das propostas apresentadas pela Revista, reforçando que os discursos dominantes de família e sexualidade na sociedade tanto são reproduzidos na formação e informação dos professores quanto se refletem na ação docente. Altmann (2004) também reforçou a tese da veiculação das noções de controle, prevenção e auto-cuidado pelas escolas, tanto pelas práticas quanto pelos discursos veiculados e reproduzidos em seu cotidiano.

Tal como o livro didático, as revistas, obras literárias e periódicos de ampla circulação entre os professores também se inserem neste contexto. Quando analisados sob tais preceitos os avanços das políticas públicas nacionais, tanto na seleção dos materiais didáticos, na defesa dos direitos e das necessidades das minorias e no atendimento das reivindicações apresentadas por diferentes grupos permanecem permeadas por práticas excludentes que resistem na sociedade, refletindo-se no ambiente escolar.

Tais práticas foram verificadas num estudo sobre a formação docente para a abordagem da sexualidade, no qual Balestrin (2007) verificou que as representações presentes num Curso Normal noturno são profundamente influenciadas pelos estudos da psicologia, orientando-se em grande parte pelos padrões de normalidade no desenvolvimento infantil (BALESTRIN, 2007, p. 176).

Tal constatação revelou que, apesar de muitos discursos docentes e/ou institucionais orientarem-se para o respeito e diálogo sobre as diferenças, as dificuldades na abordagem da sexualidade no cotidiano escolar ainda estão alicerçadas em barreiras constituídas ou

ampliadas nos cursos de formação e nos discursos hegemônicos reproduzidos nestes espaços, contribuindo para a perpetuação de práticas e significações estereotipadas e excludentes (BULBARELLI, 2007; MADUREIRA, 2007; JOCA, 2008; SABAGG, 2008).

Considerações finais

Os trabalhos analisados apontaram que os conflitos, avanços e possibilidades da educação sexual permeiam toda a sociedade, e devem ser enfrentados por todos os segmentos e camadas sociais. Se a escola e seus agentes possuem um papel central pelo fazer pedagógico, as ações e reflexões desenvolvidas devem, necessariamente, estar em constante diálogo com as demais práticas existentes nas comunidades locais e apropriadas direta e indiretamente relacionados pelos sujeitos.

Enquanto se faz cada vez mais necessário compartilhar e difundir na coletividade a tarefa da educação sexual, as iniciativas de abordagem desse tema, no Brasil, revelaram que as instituições educacionais ainda atuam prioritariamente com foco na regulação e controle da natalidade e da saúde pública, a exemplo da abordagem sobre doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, prostituição e violência sexual, apesar de ampliar a informação e a formação dos sujeitos, aspecto fundamental ao pleno desenvolvimento das individualidades e da coletividade.

Por outro lado, em consonância com as inovações tecnológicas e a difusão dos meios de comunicação, a progressiva aproximação às metas de universalização da educação básica no Brasil coloca em espaços de instituições e práticas tradicionais grupos cada vez mais heterogêneos e ávidos por diferenciação e reconhecimento. Tais condições dão mostras das dificuldades e barreiras enfrentadas pela comunidade escolar na abordagem e reconhecimento do direito à liberdade de expressão e à diversidade sexual, condições que sugerem novos horizontes para as pesquisas no campo.

Finalmente, ainda que todos estes aspectos sejam de extrema relevância e mereçam permanecer na agenda dos debates e reflexões empreendidos tanto na esfera pública quanto privada, urge ampliar e atender às crescentes contingências de discussões e atitudes ética e filosoficamente fundamentadas sobre as diversidades culturais, as afetividades silenciadas, as subjetividades e as diferentes manifestações e possibilidades relacionadas à sexualidade humana, mediados pelo respeito ao direito individual de escolha da própria identidade, daquilo que cada um é e/ou do que deseja ser.

Referências

- ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense. 1989.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF. 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Brasília: Inep. 2001
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003
- COLLING, A. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (orgs.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: Edipucrs, p. 13-38. 2004.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade v.1 (A vontade do saber)**. Rio de Janeiro: Graal. 1984.
- HEILBORN, M. L. (org.). **Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.
- HOUAISS, A. *et al.* **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. CD-ROM. 2007.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4e édition. Paris: Anthropos. 2000.
- LOYOLA, M. A. A antropologia da sexualidade no Brasil. **Physis** [online], v. 10, n. 1, p. 143-167, 2000. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em 13 jan. 2009.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret. 2005.
- MEYER, D. E. E. **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação. 2000.
- MORIN, E. **Cultura de massa no século XX**. O espírito do tempo II – Necrose. Rio de Janeiro: Forense- Universitária. 1986.
- RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes. 2002.
- ROSA, M. **Psicologia da Adolescência**. Petrópolis: Vozes. 1985.
- SETZER, V. W. **Os meios eletrônicos e a educação: uma visão alternativa**. São Paulo: Escrituras, 2001. (Coleção Ensaio Transversais, v. 10).

Relação das dissertações e teses incluídas na amostra

ALTMANN, H. **Verdades e pedagogias na educação sexual em uma escola.** 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2004.

BALESTRIN, P. A. **Onde está a sexualidade?:** representação de sexualidade num curso de formação de professores. 196 f. Dissertação – Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

BELO, A. T. **Sujeitos infantis masculinos:** homens por vir? 116 f. Dissertação – Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BOURSCHEDE, J. L. **Sexualidade:** reconstruindo compreensões de forma coletiva, partindo da visão dos adolescentes. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Matemática) – Faculdade de Educação, PUC-RS, Porto Alegre, 2004.

BRANDO, M. F. **Impedimentos subjetivos na atividade do professor em aulas de orientação sexual.** 67 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC-SP, São Paulo, 2007.

BULBARELLI, K. **A entrada da criança na leitura e na escrita:** laços entre linguagem e sexualidade. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - USP, São Paulo, 2007

CASTRO, A. P. P. **Relações de gênero na Educação Infantil:** uma análise a partir da atividade lúdica. 127 f. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Economia doméstica, UFV, Viçosa/MG, 2006.

CORRÊA, L. B. **A exclusão branda do homossexual no ambiente escolar.** 153 f. Dissertação – Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2003.

DIB, S. C. S. **Contraceção na adolescência:** conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais entre alunos de escolas públicas municipais de Ribeirão Preto - SP. 137 f. Dissertação - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP, São Paulo, 2007.

FERNANDES, D. M. **Investigando a sexualidade de professoras:** suas histórias, saberes e práticas. 154 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFU, Uberlândia, 2008.

FLORES, A. M. P. **Sexualidade:** representações de professores do ensino médio. 116 f. Dissertação – Centro de Educação, UFSM, Santa Maria/RS, 2004.

FURLANI, J. **O bicho vai pegar!** - um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 272 f. Tese – Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

GARCIA, L. J. V. **O processo de educação sexual na escola:** um estudo de caso sobre a conceituação, significação e representação compreensiva de Professores da Rede Municipal de Ensino de Camboriú-SC sobre Educação Sexual. 79 f. Dissertação – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2005.

JOCA, A. M. **Diversidade sexual na escola:** um problema posto à mesa. 182 f. Dissertação – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2008.

MADUREIRA, A. F. A. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola**: a construção de uma cultura democrática. 428 f. Tese – Instituto de Psicologia, UnB, Brasília, 2007.

MOYSÉS, J. S. **A sexualidade na compreensão de professores do ensino fundamental**. 82 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto, 2007.

NICOLINO, A. S. **Novas e velhas configurações da sexualidade e do corpo feminino**: pesquisa-ação na educação com escolares USP. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto, 2007.

NOVENA, N. P. **A sexualidade na organização escolar**: narrativas do silêncio. 260 f. Tese – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife, 2004.

PEREIRA, H. H. D. **Programa saúde e prevenção nas escolas**: políticas e gestão da educação sexual. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2006.

RIBEIRO, P. R. C. **Inscrevendo a sexualidade**: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do ensino fundamental. 125 f. Tese (Doutorado em Bioquímica) – Instituto de Ciências Básicas da Saúde, UFRGS, Porto Alegre, 2002.

SABAGG, S. **Percepção dos estereótipos de gênero na avaliação do desenvolvimento motor de meninos e meninas**. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SANTOS, A. D. **Emílias e pinóquios**: um olhar pedagógico sobre o entrelaçamento do sexismo, gênero e sexualidade nos modos de aprender a ser mulher e a ser homem. 171 f. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Educação, UNISINOS, São Leopoldo, 2005.

SOUSA, B. S. A. **As relações de gênero nas políticas públicas de educação no município de Belo Jardim-PE**: silêncio ou desvelamento. 153 f. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Educação, UFPE, Recife, 2006.

SOUZA, M. M. **Construindo a inclusão da temática educação sexual no projeto político pedagógico de um colégio público de Goiânia**. 183 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Programa Multi-institucional de Pós-Graduação em Ciências da Saúde - Convênio Rede Centro-Oeste (UnB/UFMG/UFMS), UFG, Goiânia, 2007.

STAMPF, D. K. **Representações de sexualidade no currículo da Nova Escola e a construção do sujeito heterossexual**. 102 f. Dissertação – Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2003.

VALADARES, K. K. **Sexualidade**: professor que cala... nem sempre consente. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Estudos Sociais, UFF, Niterói, 2002.

VIANA, F. J. M. **A prática de sexo seguro entre estudantes de escolas públicas de Minas Gerais**. 70 f. Dissertação (Mestrado em Tocoginecologia) – Faculdade de Ciências Médias, Unicamp, Campinas, 2004.

-
- 1 Setzer (2001) define “dado” como seqüências de símbolos quantificados ou quantificáveis sintaticamente, caracteriza “informação” como abstrações informais representativas e de conteúdo semântico e “conhecimento” como abstração subjetiva interior e pessoal, decorrente da própria experiência/vivência.
 - 2 O espaço das representações, das estruturas cognitivas complexas, encontra-se relacionado tanto ao espaço percebido, das práticas cotidianas, quanto aos espaços concebidos pelas estruturas de planejamento e de “poder”. O conjunto destes espaços contém as relações sociais, mas, além disso, contém também certas representações dessas relações sociais de (re)produção, incorporando as ações sociais dos sujeitos tanto individual como coletivamente. As representações coletivas, compostas das mediações e da interlocução entre o percebido e o concebido, figuram como espaço vivido dos conflitos e das lutas (LEFEBVRE, 2000).
 - 3 Índícios da trajetória dos estudos sobre sexualidade no Brasil na segunda metade do século XX pode ser encontrado, entre outros, em Loyola (2000).
 - 4 Levantamento realizado pelo portal online do IBICT, disponível em < <http://bdtd2.ibict.br/>>, e atualizado em 5 de fevereiro de 2009.
 - 5 Foucault (1984) empreendeu, entre outros estudos, vasta análise para concluir que a colocação do “sexo em discurso” ocorreu a partir do século XVI, apesar de sua explosão discursiva se situar no século XVIII. Em função de sua obra, autores como Novena (2004) consideram que as idéias e proposições de Foucault promoveram um efetivo rompimento da delimitação da sexualidade ao campo biológico e às condições naturais vigentes, representando “a possibilidade de leitura crítica sobre a Instituição e a Organização, sobre a produção dos poderes e saberes, especificamente aqueles relacionados à sexualidade” (NOVENA, 2004, p. 38).
 - 6 A **etimologia**, junção dos termos gregos “étymos” (o verdadeiro significado de uma palavra) e “logos” (ciência, tratado) é o estudo da composição dos vocábulos e das regras de sua evolução histórica, e a **semântica** refere-se ao estudo da “evolução do significado das palavras e de outros símbolos que servem à comunicação humana” (HOUAISS, 2007)
 - 7 Segundo ela cada sociedade possui ‘normas de inteligibilidade’, ou seja, lógicas cognitivas e epistêmicas criadas na cultura (inteligibilidade cultural) que dão a compreensão do “normal”. Na lógica que se estabelece a partir do atrelamento de um gênero a um sexo (e este gênero a uma sexualidade), não se coloca como possível a idéia de multiplicidade (FURLANI, 2005, p. 38).
 - 8 Este fenômeno, diverso e complexo, sinaliza a necessidade de outras investigações. Ainda que não se pretenda aqui aprofundar nestas questões, sugere-se que explicar por quê, como e quais as resultantes de propostas pedagógicas ressignificadas no âmbito da teoria do currículo é um problema interessante de pesquisa, especialmente quando associado a perguntas como: Porque mudou? Como mudou? Em que condições? Estas mudanças foram profundas e sistemáticas ou atenderam aos critérios e requisitos mínimos da necessidade aparente?
 - 9 Um exemplo é a concepção histórica da sexualidade, que a partir do advento da psicanálise no final do século XIX, se constituiu no século seguinte impulsionada tanto pelas investigações propostas pela Escola de Frankfurt (ANDERSON, 1989) como pelas produções de Foucault (1984).
 - 10 Instituída pela Lei nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996.
 - 11 Instituído pela Lei nº 10.172, em 9 de janeiro de 2001.